

CPI não recomendará mais o 'impeachment'

BRASÍLIA — Os governadores envolvidos no escândalo de corrupção no Orçamento continuaram sendo investigados pelo Ministério Público e pela Receita Federal. A sorte deles foi definida na Subcomissão de Patrimônio, onde foi derrotada a proposta do senador José Paulo Bisol (PSB-RS) para que a CPI encaminhasse a recomendação de que as Assembléias Legislativas os investigasse ou iniciassem processo de *impeachment*.

O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) foi um dos que apoiou esta decisão, argumentando que “uma recomendação da CPI poderia representar uma quebra do pacto federativo”. Ele considera que as Assembléias têm conhecimento

de todos os dados apurados pela CPI e que seus integrantes têm os elementos para tomar as providências sem que seja necessário qualquer encaminhamento formal pela CPI. “Onde a oposição tiver maioria ou a opinião pública julgar necessário, as Assembléias criariam suas CPIs”.

Para o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), esta decisão foi um equívoco. “Os governadores estão envolvidos em irregularidades com dinheiro da União e devem responder por crime de responsabilidade”, comentou. Pesou também na decisão da CPI a falta de documentos relacionados à quebra de sigilo bancário de pessoas envolvidas com estes governadores.